



## NOTA DA DIRETORIA DO ANDES-SN SOBRE AS AMEAÇAS E ATAQUES À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E À LIBERDADE DE PENSAMENTO

As universidades públicas brasileiras sofreram um duro ataque em sua autonomia universitária na semana que antecedeu as eleições em segundo turno. Após posição do ANDES-SN e suas seções sindicais acerca da defesa da democracia e contra o fascismo, bandeiras históricas do nosso sindicato, materiais, panfletos, faixas e até CPU foram retirados das dependências de campi e seções sindicais do ANDES-SN.

Em resposta, no dia 26 de outubro (sexta-feira), o ANDES-SN, junto com outras entidades nacionais do campo da educação (Fasubra, Sinasefe, Une, Fenet e Anpg), lançou "*Carta Aberta à Sociedade e à Comunidade Acadêmica - Em defesa das liberdades democráticas e das Instituições Públicas de Ensino Superior*". Neste mesmo dia, as mesmas entidades concederam entrevista coletiva com o propósito de reforçar a crítica ao avanço do fascismo e reafirmar seu compromisso intransigente com as liberdades democráticas, em defesa das instituições públicas de ensino superior e da organização autônoma dos/as trabalhadores/as dessas instituições.

Os referidos ataques às universidades mereceram inclusive manifestações dos ministros do Superior Tribunal Federal (STF), afirmando que: "*O saber pressupõe liberdade, liberdade no pensar, liberdade de expressar ideias. Interferência externa é, de regra, indevida. Toda interferência é, de início, incabível. Por isso é perigosa, em termos de Estado Democrático de Direito.*", disse Marco Aurélio Mello. Na mesma linha, o ministro Luiz Roberto Barroso disse que, embora não se pronuncie sobre casos concretos, "*o modo como penso a vida, a polícia, como regra, só deve entrar em uma universidade se for para estudar*".

Tais posições foram confirmadas posteriormente pela ministra Carmem Lúcia (STF) por meio de uma liminar que reestabelece preceitos fundamentais instituídos na Carta Magna acerca da autonomia universitária. A decisão expedida no último sábado pela manhã (27), suspende "*os efeitos de atos judiciais ou administrativos, emanados de autoridade pública que possibilite, determine ou promova o ingresso de agentes públicos em universidades públicas ou privadas, o recolhimento de documentos, a interrupção de aulas, debates ou manifestações de docentes e discentes universitários, a atividade disciplinar docente e discente e a coleta irregular de depoimentos desses cidadãos pela prática de manifestação livre de ideias e divulgação de pensamento nos ambientes universitários*".

Contudo, mesmo após manifestação do Supremo Tribunal Federal, o anúncio do resultado das eleições presidenciais em segundo turno, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro (PSL), desencadeou, em várias partes do país, ações de violência que ganharam vulto nas ruas, estendendo-se ao ambiente acadêmico. Isso por que grupos e políticos conservadores divulgaram que realizariam, ao longo desta semana, atos políticos dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) com propósito de intimidar e

ameaçar a comunidade acadêmica. Sugerindo, inclusive, que estudantes realizem perseguições à prática docente, gravando professores em salas de aulas, para posteriores denúncias.

Tal postura, sintonizados com os projetos absolutamente reacionários presentes na “Escola com mordaza”, deve ser combatida diuturnamente porque confrontam o projeto de educação pública e as liberdades democráticas defendidas historicamente pelo ANDES–SN.

Diante do agravamento da conjuntura, a Direção Nacional do ANDES-SN, na reunião realizada em 23 de outubro com um conjunto de entidades nacionais, fez a proposta de construção de uma Frente Nacional contra o Fascismo. Uma nova reunião entre entidades, centrais sindicais e movimentos sociais será realizada em novembro.

Também solicitamos novamente uma audiência com ANDIFES, ABRUEM e CONIF para tratar das ações de perseguição a professores/as, assim como realizaremos no próximo dia 01 de novembro reunião com as entidades nacionais da educação superior e reunião da Frente Nacional Escola Sem Mordaza.

Ainda esta semana, entraremos como *Amicus Curiae* na ADPF 548 que trata das decisões da Justiça Eleitoral que ferem os princípios Constitucionais de autonomia e liberdade de expressão nas universidades. Neste pedido de *Amicus Curiae*, a Assessoria Jurídica Nacional está incluindo uma “preliminar” sobre a declaração da deputada eleita pelo estado de Santa Catarina de ameaça à liberdade de cátedra dos/as professores/as.

Estamos também elaborando orientações gerais para a categoria agir nos casos de ameaças e agressões. Mas desde já orientamos que os/as professores/as se mantenham em tranquilidade, não deixando o pânico se espalhar entre nós e que registrem todos os casos de ameaças e procurem imediatamente a sua seção sindical para fazer denúncia. Ainda esta semana lançaremos, a partir das orientações da Assessoria Jurídica Nacional, novas orientações de como proceder em caso de agressões, ameaças e violências.

Por fim, avaliamos que é necessário ter muito cuidado com a reprodução de notícias que podem ser *fake News*. Uma dessas, divulgada ontem (28), após o resultado das eleições, foi uma suposta nota da ANDIFES suspendendo as aulas nas universidades. Essas mensagens geram pânico e não nos ajudam a agir com cautela e celeridade, atrapalham as ações e nos desviam do foco central. Por isso, orientamos que só repassem informações que tenham certeza da veracidade.

O momento é de unidade de ação de forma ampla e de ações conjuntas na defesa das Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFET e das liberdades democráticas. Seguiremos firmes na luta e convocamos nossa categoria a se fortalecer de forma coletiva.

Se fere nossa existência, seremos resistência!

Não ao Fascismo!

Em Defesa das Universidades Públicas!

Em Defesa das Liberdades Democráticas!